

3 Diferentes concepções sobre a mulher do XVIII aos dias atuais

A Modernidade trouxe uma nova concepção de sujeito que contribuiu para a promoção de um intenso debate sobre a mulher e seu lugar na sociedade. Uma das questões centrais foi a discussão sobre a diferença sexual para a qual contribuíram os discursos político, filosófico e científico. Na vertente política, a reflexão acerca da diferença dava-se por meio da reivindicação ora pelo direito à igualdade, ora pelo direito à desigualdade. Por outro lado, nas vertentes filosófica e científica, formulava-se uma noção de essência para se pensar a diferença baseada na natureza, com base na idéia de complementaridade entre os sexos anunciada na promessa do melhor dos mundos possíveis (Arán, 1997, p.5).

Com efeito, o debate sobre a questão da diferença sexual brotou no solo da Modernidade, pois anterior ao século XVIII havia uma outra maneira de se conceber homens e mulheres em que estava presente o modelo do sexo único, ordenado de acordo com a característica sociológica de gênero. Isto significa dizer que na visão antiga só havia um sexo, o masculino, considerado superior (perfeito) por possuir mais calor vital, enquanto o feminino era considerado um gênero masculino inferior (imperfeito) por possuir menos calor vital¹. Somente no século XVIII – diante do cenário de mudanças políticas, sociais e econômicas – que se constituiu uma nova maneira de se pensar o homem e a mulher caucionada naquele momento pela idéia de diferença sexual.

No cenário da Era Moderna havia intensas discussões que frutificaram por meio das idéias provenientes do Iluminismo e do advento da Revolução Francesa. A concepção iluminista colocava o homem no centro do universo e concebia-o como dotado de uma espécie de luz natural, ou seja, de uma racionalidade que se traduziria na capacidade natural do homem de aprender e conhecer o que seria da ordem do “real” necessário a suas ações. Surgiam, então, no bojo do conjunto de

¹ Um estudo detalhado sobre a construção do modelo do sexo único que vigorou desde a Antiguidade até o século XVII, quando cedeu lugar ao modelo do dois sexos, foi realizado pelo Historiador Thomas Laquer em : *Inventando o sexo, corpo e gênero dos gregos a Freud*.

idéias do século das Luzes, as noções de autonomia, de igualdade e de liberdade, pressupostos fundamentais da Revolução Francesa (Marcondes, 1999).

É dentro desse contexto que vários autores (Godineau, 1991; Sledziewski, 1991; Fraisse, 1991; Perrot, 1991 *apud* Arán, 1997, p. 6) situam a Revolução Francesa como o momento em que surge a possibilidade de uma mudança – uma reviravolta – na história das mulheres. Elas foram às ruas e se movimentaram no cenário da Revolução, ocuparam novos espaços e estiveram na linha de frente de inúmeras manifestações públicas do final do século XVIII. No entanto, tão logo oportunidades surgiram, por meio inicialmente de uma expansão do espaço público e da possibilidade de um alargamento no campo dos direitos sociais e políticos, houve um sopro discursivo contrário que propôs uma nítida fronteira de demarcação dos espaços público e privado.

O historiador Lynn Hunt (2003, p.21) lembra que durante a Revolução as fronteiras da vida pública e privada flutuaram muito; isto é, a coisa pública² e o espírito público adentraram inicialmente os domínios habitualmente privados da vida, não havendo dúvida de que o desenvolvimento do espaço público e a politização da vida cotidiana foram definitivamente responsáveis por uma posterior redefinição do espaço privado no início do século XIX. Dessa maneira, entre 1789 e 1794, o domínio da vida pública se expandiu de forma constante, o que repercutiu em seguida no movimento romântico de fechamento do sujeito sobre si mesmo e da dedicação à família que viria em seguida, promovendo uma configuração precisa do espaço doméstico. Nesse sentido, Michelet Perrot (2003, p. 17) refere-se à Revolução Francesa como um acontecimento histórico de extrema importância, que teve como um dos principais efeitos a definição das esferas públicas e privadas, por meio da valorização da família e da diferenciação dos papéis sexuais que passaram a funcionar em oposição: *homens políticos e mulheres domésticas*.

² Um dos exemplos trazidos pelo autor, referente à coisa pública, diz respeito à atenção voltada para o vestuário como uma maneira de mostrar a invasão do público no espaço privado. A roupa passou a ter um significado político. Os trajes modestos foram considerados uma forma de patriotismo dos republicanos. Os jornais apresentavam para as mulheres um “traje estilo constituição”, chamado traje estilo igualdade com um toucado muito em moda entre as republicanas. Além disso, objetos dos espaços privados como camas, porcelanas, espelhos, cofres, jarros etc. também se tornaram símbolos da Revolução (Hunt, L in: *História da Vida Privada da Revolução Francesa à Primeira Guerra*, 2003).

No cerne do conjunto de transformações sociais e políticas estão as do ponto de vista da história econômica, que se caracterizam pelo aparecimento da sociedade industrial e do capitalismo, e da própria ascensão da burguesia, também considerados elementos-chaves para o delineamento dos espaços público e privado. Com a Revolução Industrial houve a necessidade de aprofundamento da divisão social do trabalho, da expansão do comércio e do surgimento de novas profissões que contribuíram de forma decisiva para o encerramento da mulher no espaço privado (Arán, 1997, p.7). O mundo burguês era constituído por negócios e viagens, habitado pelos homens. Em contrapartida habitariam as mulheres um outro espaço, o doméstico, circunscrito pelas paredes do lar que se ergueram naquele momento histórico. Surgia uma nova noção de família que funcionaria como um refúgio frente ao mundo do comércio e da indústria, considerado altamente competitivo e brutal (Lash, 1991, p.27).

Vale afirmar que anterior ao surgimento da sociedade industrializada moderna, havia uma outra forma de organização familiar – a família extensa³ – em que homens e mulheres trabalhavam juntos; isto significa que família e trabalho ainda não estavam separados. No espaço familiar, desenrolavam-se as funções domésticas, que incluíam a atenção e o cuidado com as crianças, e a socialização primária (aprendizagem de ofícios). Assim, a mulher, que na maioria das vezes era responsável pelo cuidado dos filhos, não estava excluída da participação no processo de produção familiar. Nos tempos pré-industriais, isto é, anterior ao século XVIII, a mulher não era representada pelo discurso social ainda como um ser frágil, sensível e inadequado para o trabalho físico árduo (Rocha-Coutinho, 1994, p. 31).

As transformações socioeconômicas da sociedade do século XVIII, porém, promoveram de forma gradativa o desaparecimento desse tipo de organização familiar, dando início à separação das funções domésticas e sociais, que, aos poucos, modificaram também seus conteúdos específicos. Dessa forma, alguns conteúdos que faziam parte das funções domésticas se deslocaram e passaram a se desenvolver no âmbito público, por intermédio das esferas

³ A organização familiar extensa abrigava uma grande estrutura de parentesco onde conviviam marido e mulher junto a serviçais, parentes e agregados. Nem todos os seus membros estavam vinculados por laços consangüíneos. Caso um jovem de uma outra família quisesse aprender um ofício era incorporado como mais um membro (Rocha-Coutinho, 1994, p.27).

produtiva e educativa. Logo a família deixou de ser uma unidade de produção e passou a situar-se fora dela, no âmbito público. Alguns de seus membros passaram a trabalhar no mercado e a receber um salário utilizado para a sobrevivência familiar.

Nesse contexto, as ordens do público e privado passaram a organizar o cotidiano dos sujeitos, com regras próprias, cujas referências centrais eram a afetividade no mundo privado/doméstico e a racionalidade e eficácia do poder no mundo público. Aos homens, caberia este último como um espaço definido pela produção, pelo poder e decisões, e, à mulher, em sua oposição, caberia o espaço privado, cuja referência central estava na sua responsabilidade frente à esfera da reprodução (Rocha-Coutinho, 1994, p.32).

Foi no cenário do século XVIII que o modelo familiar nuclear moderno floresceu e se firmou junto com a consolidação da burguesia que aos poucos se afastou do contato com o povo⁴ e da experiência de coletividade. A família passou a se organizar a portas fechadas – um lugar privilegiado para os sentimentos, para a intimidade e para a privacidade. (Nunes, 2000, p.20-1). A mulher como mãe veio a ocupar um lugar fundamental na configuração desse novo espaço familiar, centrado no campo do afeto, dos sentimentos e do amor, fechado a quatro paredes e dirigido ao marido e aos filhos.

No delineamento da vida privada, no decorrer do século XVIII, vimos então surgir uma nova concepção de infância que também colaborou para a formulação dessa nova idéia de família. A criança deixou de ser considerada um pequeno adulto para se tornar uma pessoa com atributos específicos que exigiam um período de formação afetuosa, protegido e prolongado (Lash, 1991, p.27). De acordo com Nunes (2000, p. 19-20), a família burguesa se organizou em torno dos filhos, interessada em constituir indivíduos saudáveis e uma burguesia forte. Com isso, a questão da mortalidade infantil e da sobrevivência das crianças passou a ser encarada como um problema do Estado. Nesse sentido, Foucault (1988) afirma que uma das grandes novidades do século XVIII foi o surgimento do conceito de “população” como um problema econômico e político:

⁴ Um exemplo do afastamento da burguesia do povo foi muito bem descrito por Catherine Hall que relatou o distanciamento progressivo da burguesia como resultado da separação entre o domicílio e o local de trabalho na Inglaterra e a construção de zonas residenciais onde morava a familiar nuclear, longe do povo. (Hull, 2003).

Os governos percebem que não têm que lidar simplesmente com sujeitos, nem mesmo com um “povo”, porém com uma “população”, com seus fenômenos específicos e suas variáveis próprias: natalidade, morbidade, esperança de vida, fecundidade, estado de saúde, incidência de doenças, formas de alimentação e de habitat. Todas essas variáveis situam-se no ponto de intersecção entre movimentos próprios à vida e os efeitos particulares das instituições (p.28).

O conceito de população envolve uma série de características que apontam para a preocupação por parte do Estado com o crescimento da população, que passou – a partir do século XVIII – a estar atrelado à produção, à indústria e às instituições. Uma vez que não se acreditava mais em um povoamento natural e progressivo, fazia-se necessário investir na capacidade de trabalho, na produção e até mesmo na qualidade de vida da população como uma técnica de poder inserida no projeto de desenvolvimento e riqueza das nações anunciada na Modernidade (Birman, 2001, p.61).

Dessa forma, a visão moderna privilegiava a mulher como mãe, positivando os atributos ditos femininos como a fragilidade, a dependência e a virtude, adequados então à função materna. (Nunes, 2000, p.21-22). Essa função levou a mulher a renunciar a qualquer necessidade e ambição pessoal, restringindo sua presença ao âmbito doméstico e isolando-a cada vez mais da atividade pública. A meta socialmente esperada para ela seria uma vida dedicada à casa, ao marido e especialmente aos filhos. No horizonte do século XVIII, a mulher foi alçada à categoria de “rainha do lar”, e a família passou a representar o lugar por excelência do feminino.

Toda esta formulação discursiva foi construída ao longo do século XVIII, tendo Rousseau (1762) sido a mais forte influência na constituição do lugar que a mulher passou a ocupar na sociedade. Em seu projeto organizador, propôs uma nítida divisão de papéis diferentes e complementares para ambos os sexos. Suas idéias tiveram grande repercussão e alcance, e se resumiam no seguinte: a mulher deveria “reinar” no lar, abdicar de qualquer pretensão e desejo pessoal de outra ordem que não estivesse referido à sua atuação na esfera doméstica, em oposição ao homem que, devido às suas qualidades, deveria “reinar” na cena pública (Nunes, 2000, p.37). Homens e mulheres possuiriam vocações específicas que indicariam diferentes lugares sociais. A vocação/natureza feminina estava dirigida à função materna e ao doméstico (privado), em função do destino que a “natureza” havia determinado à mulher. Ser de outra forma seria “antinatural”.

Em *Emile*, Rousseau (1762 [1995]) fez uma perfeita digressão de como deveria ser a esposa ideal para Emílio, seu personagem principal. Sofia (sua futura esposa) deveria estar junto dele por meio da doçura, da dedicação e da submissão. A educação de ambos personagens seguiria caminhos singulares e irreduzíveis, pois a diferença sexual determinaria necessidades diversas, assim como posições sociais distintas:

...a única coisa que sabemos com certeza é que tudo o que tem de comum é da espécie, e o que tem de diferente é do sexo. Deste duplo ponto de vista encontramos entre ambos tantas relações e oposições, que talvez seja uma das maravilhas da natureza ter feito seres tão semelhantes constituindo-se tão diferentemente (...) Dessa diversidade nasce a primeira diferença assinalável entre as relações morais de um e de outro. Um deve ser ativo e forte, o outro passivo e fraco... (Rousseau, [1762] 1995, p.415 *apud* Arán, 1997, p. 8)

Com Rousseau, o lugar de homens e mulheres na sociedade passou a ser estabelecido por meio de características biológicas que iriam fundamentar a divisão das esferas pública/masculino e privada/feminino; ou seja, a noção de diferença sexual, a partir dos atributos biológicos, determinaria a posição da mulher na sociedade como responsável pelos cuidados dos filhos e da casa e dos homens no trabalho e na vida pública.

Foi com essa concepção sobre a natureza feminina e seus encargos que Rousseau participou ativamente na construção do modelo ideal de feminilidade para a mulher ocidental moderna, cujas qualidades principais seriam a fragilidade, a doçura, a afetividade e a virtude. As necessidades e características de cada sexo seriam singulares e indicariam por sua vez características morais distintas e complementares. A conjugação das qualidades femininas e masculinas seria fundamental para a realização de um bom casamento em que feminilidade rimaria com passividade (Nunes, 2000, p.43).

A interpretação da diferença sexual, que opôs as características biológicas dos corpos masculino e feminino (com conseqüências morais e sociais), foi inicialmente realizada por Rousseau e pelos filósofos iluministas e moralistas, mas logo se acoplou ao discurso científico, o que serviu de excelente ferramenta para justificar as diferentes inserções sociais de homens e mulheres. No entanto, Laqueur (1992) afirma que a constituição de dois sexos incomensuráveis não diria respeito a uma determinada teoria do conhecimento nem mesmo a avanços no conhecimento científico. Tratava-se de uma questão política:

Havia intermináveis lutas pelo poder e posição na esfera pública altamente ampliada no século XVIII, e em especial no XIX pós-revolucionário: entre homens e mulheres, entre feministas e antifeministas. Quando, por várias razões, a ordem transcendental preexistente e os costumes dos tempos imemoriais tornaram-se cada vez menos uma justificativa plausível para as relações sociais, o campo de batalha de gênero mudou para a natureza, para o sexo biológico. A anatomia sexual distinta era citada para apoiar ou negar todas as formas de reivindicações em uma variedade de contextos sociais, econômicos, políticos, culturais ou eróticos (Laqueur, 2001, p.192).

Com efeito, para Laqueur, a interpretação dos corpos femininos e masculinos como sexos biológicos opostos e incomensuráveis veio justificar uma necessidade política de se criar novas realidades e inserções sociais para homens e mulheres. Com a visão moderna, a mulher não seria mais considerada um homem menos perfeito. No novo modelo, passaria então a ser mulher em suas especificidades (anatômicas e biológicas) que, por sua vez, funcionariam em oposição às do homem. Em suma, o que Laqueur esclareceu foi que a formulação da diferença sexual, destacando as características biológicas femininas, diria respeito a uma determinada interpretação. Temos o exemplo do esqueleto feminino que já tinha sido dissecado desde o século XVII, mas, somente no decorrer do século XVIII, os médicos e anatomistas iriam olhá-lo e examiná-lo de uma outra maneira, acentuando então a *diferença*. Não estamos dizendo que a medicina não tinha evoluído, não se trata disso, mas da produção sociocultural que fundamentava a leitura dos médicos e cientistas, ao constituírem uma nova interpretação do esqueleto e da sexualidade – agentes cruciais para a construção (ou invenção) do modelo dos dois sexos.

Nesse contexto, cada parte do corpo feminino foi investigada, analisada e interpretada, tendo por base a anatomia e a fisiologia para, a partir das mínimas diferenças do corpo feminino, justificar diferentes inserções sociais. Nesse sentido, características físicas como a bacia alargada, os seios generosos, a fragilidade dos ossos e a riqueza dos tecidos indicariam o destino que a natureza conferia à mulher, ou seja, a vocação feminina para a maternidade e para o cuidado das crianças. Novamente recorremos a Lynn Hunt (2003), em *Revolução Francesa e Vida Privada*, que aponta a maneira como Pierre Roussel em seu tratado concebe a feminilidade da mulher moderna:

A concepção de mulher especialmente para o privado (e incapaz para o público) é a mesma em quase todos os círculos intelectuais do final do século XVIII. O tratado de Pierre Roussel (...) tornou-se uma referência sobre a mulher...É identificada por sua sexualidade e seu corpo, enquanto o homem é identificado por seu espírito e energia. O útero define a mulher e determina seu comportamento emocional e moral. Na época, pensava-se que o sistema reprodutor feminino era particularmente sensível, e que essa sensibilidade era maior devido à debilidade intelectual. As mulheres tinham músculos menos desenvolvidos e eram sedentárias por opção. A combinação da fraqueza muscular e intelectual e sensibilidade emocional fazia delas os seres mais aptos para criar filhos. Desse modo, o útero definia o lugar das mulheres na sociedade como mães. O discurso dos médicos se unia ao discurso dos políticos (Hunt, 2003, p.50).

Esta citação condensa o modelo de feminilidade da mulher moderna que passou a ser definido por meio de suas características anatômicas e funções orgânicas. Estas funcionaram como ferramentas determinantes para a construção de um perfil feminino que retratava a mulher como frágil, emotiva, dependente, instintivamente maternal e sexualmente passiva. Essa interpretação do corpo feminino indicava uma outra maneira de perpetuar a dominação masculina sobre a mulher, sendo uma forma de assegurar o seu lugar no casamento e no lar, ainda que a sociedade moderna trouxesse outras possibilidades de funcionamento social.

Com efeito, os filósofos, médicos e moralistas tiveram importante participação na construção desse novo paradigma da feminilidade da sociedade moderna que encerrou a mulher na esfera doméstica. Rousseau pregava que a desigualdade entre homens e mulheres seria fruto da obra da Razão, e que ela deveria cuidar dos filhos, pois este seria o encargo que a natureza lhe delegou. No entanto, Nunes (2000) atenta para uma certa ambigüidade e contradição no pensamento de Rousseau, uma vez que, apesar de sustentar a crença em uma essência feminina naturalmente direcionada para a passividade e para a submissão, todo o seu projeto pedagógico no que se refere à mulher impunha um rigoroso adestramento feminino para suportar esse lugar de total submissão. Quer dizer, por um lado Rousseau argumentava a favor de uma tendência feminina para passividade e, por outro, afirmava ser estritamente necessário cultivar desde cedo o hábito da obediência por intermédio do constrangimento e da disciplina. A educação das meninas devia estar voltada para a formação de um caráter dócil, passivo e subserviente. Rousseau enfatizava a necessidade de controlar e disciplinar os sentimentos e desejos femininos, considerando fundamental adestrá-las para que pudessem servir melhor aos homens de quem naturalmente

deparariam. Com isso, o processo educativo das meninas deveria estar dirigido para o aprendizado dos cuidados em relação ao marido e aos filhos. O conhecimento feminino devia restringir-se, dessa forma, ao necessário e útil para tornar a sua presença agradável para o outro. Esta visão daria margem à formulação do famoso ditado popular: “Atrás de um grande homem, existe uma grande mulher”. Este seria o lugar reservado à mulher de onde ela poderia obter prazer e satisfação, quer dizer, seria na posição de sombra do homem que encontraria a felicidade, uma vez que sua vida estaria em grande parte dedicada ao amor pelo outro.

Este modelo foi semeado e germinado no século XVIII, atingindo o seu ápice no século XIX. Nesse sentido Nunes (2000) ainda acrescenta que essa descrição de feminilidade levada às últimas conseqüências comporta a idéia de que a mulher deveria ser capaz de suportar sofrimentos, injustiças e subjugação. Além disso, ela deveria encontrar satisfação nas obrigações e tarefas que lhes eram designadas, as quais haveriam de ser executadas com perfeição. Foi nesse contexto que a fórmula “ser mãe é padecer no paraíso” nasceu e ganhou consistência, vindo a fornecer as bases para que se pensasse a mulher no século XIX como portadora de uma essência masoquista. Vale acrescentar o pensamento de Rocha-Coutinho (1994, p.35) afirmando que um dos pilares da subjetividade feminina na sociedade moderna se traduziu no “ser para os outros”. Em suas palavras:

Tal confinamento está ligado à nova idéia de família que surge e que vai operar uma verdadeira revolução sentimental, reforçando o sentimento doméstico de intimidade, do amor conjugal e do amor materno. Esta mistificação do amor romântico e do amor materno outorgavam à mulher uma nova posição na família, levando-a agora a viver para o amor – amor aos filhos, ao marido e à casa – e a buscar sua felicidade pessoal no êxito dos familiares. Foi, assim, estabelecido um dos pilares da subjetividade feminina, ser para os outros (1994, p.151).

No decorrer dos séculos XVIII e XIX, houve a proliferação de discursos que levou a esse processo de sentimentalização do espaço privado familiar. A família passou ser o lugar destinado ao envolvimento emocional, ao amor conjugal e ao amor materno, sendo a mulher o personagem principal na composição deste cenário. Lash (1977, p.7), porém, muito bem nos aponta a linha de tensão que envolvia o casamento no final do século XVIII e no século XIX, pois os jovens se deparavam com a dificuldade de abandonar os hábitos de auto-

inibição proveniente do noivado durante o casamento e de aderir, na prática do dia-a-dia, a essa concepção de família como um lugar para o amor e para a intimidade, em que marido e mulher deveriam ser companheiros um do outro. E ela deveria se comportar como “um anjo consolador” do marido e dos filhos.

A mulher, entretanto, nem sempre transitou bem nesse lugar. Nesse aspecto, Rocha-Coutinho (1992) afirma que um dos seus grandes aliados na luta contra essa opressão cotidiana foi o “nervosismo feminino”, cujas principais características eram sua irritação, histeria, choro, palpitações e dores. O “nervosismo” funcionava não só como uma válvula de escape à opressão do marido ou da sociedade que limitava seus passos, mas também como uma forma de receber atenção, cuidados, e, sobretudo, como uma forma de se opor ao homem e obter dele e dos filhos certas concessões (p.156).

Foucault (1993), em *História da sexualidade*, aponta o nervosismo feminino como uma resposta diante dos diferentes dispositivos de regulação do corpo e da sexualidade feminina, por onde se procurou produzir subjetividades que se adequassem à nova ordem burguesa e ao capitalismo. Segundo Foucault, a partir do século XVIII, houve a incitação de uma série de discursos e técnicas para falar sobre o sexo que visavam menos à sua repressão do que à própria multiplicação desses discursos como um meio fundamental de exercício de poder. Surgiu então, no século XVIII, o que denominou de ciência da sexualidade, um conjunto de disciplinas e saberes que ganharam forma na biologia, medicina, pedagogia, psiquiatria, economia, moral, crítica política e que visavam ao adestramento e ao controle dos corpos e da sexualidade. (p.34-5). O corpo feminino foi objeto privilegiado de incidência de todo esses campos de saber e poder.

Desta forma, foi possível distinguir, a partir do século XVIII, a formulação de quatro grandes conjuntos estratégicos, que se infiltraram por diferentes mecanismos de poder: a pedagogização do sexo da criança, a socialização das condutas de procriação, a psiquiatrização do prazer perverso e a histerização do corpo da mulher (1993, p.99). Para Foucault, a regulação do corpo feminino foi identificada com uma das peças fundamentais dessa estratégia de poder que se anunciou na Modernidade. Tal histerização implicou em um tríplice processo pelo qual o corpo da mulher foi analisado, qualificado e desqualificado. Por um lado, esse corpo foi concebido como saturado de sexualidade, e, por isso, patologizado

e encaminhado para o campo das práticas médicas. E por outro lado, o corpo feminino e a mulher (como mãe) foram indicados como agentes responsáveis por gerar e gerir o corpo social (fecundidade regulada), o espaço familiar (administração do privado) e a vida das crianças (responsabilidade biológico-moral da educação). A *Mãe*, com sua imagem em negativo que é “a mulher nervosa”, constituiu a forma mais pregnante dessa histerização.

A histerização do corpo da mulher referia-se a um conjunto estratégico de poder produtor de uma sexualidade e de uma subjetividade femininas adequadas ao modelo burguês que tinha por interesse a atuação da mulher circunscrita à família e à esfera privada. É nesse cenário de obrigações e deveres femininos com o marido, os filhos e o lar que surge a mulher nervosa, denunciando a estreiteza do lugar conferido a ela.

Diante do vasto campo aberto na modernidade, porém, outros discursos e outras expectativas entravam em choque com esse determinado padrão de feminilidade. Tínhamos a progressiva expansão do pensamento liberal e, além disso, o modelo crescente de uma sociedade individualista em que os sujeitos se viam como seres autônomos, dotados de razão e de um mundo particular e interior onde as mulheres também estavam incluídas. Kehl (1998), na linha de tensão dessa problemática, salienta:

...aos ideais de submissão feminina contrapunham-se os ideais de autonomia de todo o sujeito moderno; aos ideais de domesticidade contrapunham-se os de liberdade; à idéia de uma vida predestinada ao casamento e à maternidade contrapunha-se a idéia também moderna de que cada sujeito deve escrever seu próprio destino, de acordo com sua vontade (p.53).

Para essa autora, apesar de haver toda uma produção discursiva e simbólica que insistia em dizer como deveria ser uma verdadeira mulher, atrelada aos ideais de feminilidade forjados naquele momento histórico, havia um cenário bastante amplo em que esses discursos se tornavam contraditórios frente aos ideais de igualdade e liberdade formulados pela sociedade moderna. Em meio a essa linha de tensão, configuravam-se deslocamentos entre as esferas pública e privada, por onde algumas mulheres romperam o espaço privado e saíram às ruas em busca do reconhecimento de seus direitos como cidadãs. A participação feminina não só atingiu a França, mas a Inglaterra e posteriormente a Alemanha. Elas contrapunham-se à vida submissa ao casamento e à prisão na maternidade e

tentaram cultivar o intelecto e a participação social (Kehl, 1998, p.63). Os revolucionários, entretanto, colocaram-se majoritariamente em oposição à “causa feminina” com receio do estado de abandono do lar, dos filhos e da vida conjugal. Nesse contexto, reforçou-se a produção discursiva que, com base na idéia de natureza, justificava o confinamento das mulheres na vida doméstica.

Vale dizer que esta produção discursiva viveu seu ápice ao longo do século XIX, ao mesmo tempo, em que neste período se intensificou a luta feminina pela conquista de uma posição na esfera pública. Esse processo não se deu sem conflitos e impasses. De um lado, as mulheres burguesas compartilhavam o projeto de Rousseau e tornaram-se propagandistas de suas idéias. De outro, surgiam Mary Wollstonecraft, Madame Roland e Olympe de Gouges que protestavam e advogavam seus direitos, procurando demonstrar que também eram capazes de exercer atividades intelectuais (Nunes, 2000, p. 49).

Na interessante visão de Lash, (1991) a própria domesticidade burguesa deu lugar à sua antítese, o feminismo. Para o autor, “a família burguesa simultaneamente degradou e exaltou a mulher” (p.27) tendo em vista que, com a sociedade moderna, houve uma significativa mudança em sua posição na organização familiar, pois ela se desocupou de suas obrigações tradicionais (o lar já não era mais um centro de produção) para dedicar-se então à criação dos filhos. Para isso, entretanto, foi necessária uma reformulação da educação das mulheres para que desempenhassem as tarefas domésticas e maternas diante das novas exigências trazidas pela Modernidade. Nesse contexto, Lasch concebeu a domesticidade como responsável pela ampliação da educação feminina. De Hannah More a Mary Wollstonecraft⁵; ou seja, ainda que Hannah More acreditasse que homens e mulheres nasciam destinados a ocupar lugares distintos como uma regra da natureza, confirmada pelo costume e relações sociais, indo de encontro ao pensamento de Mary Wollstonecraft, a primeira feminista moderna, ambas escritoras estavam envolvidas com a questão da educação e condenavam a doutrina segundo a qual o maior objetivo da mulher era o de agradar (Lasch, 1999, p. 96). Mary Wollstonecraft insistia no processo de educação, para que elas

⁵ Hannah More, apesar de ser filha de um proprietário rural arruinado, tornou-se uma escritora e intelectual bastante conhecida na época, tendo um estilo marcado por sua paixão espiritual e pela moral. Hannah detestava Mary Wollstonecraft, criticava a igualdade dos sexos defendida por essa autora, por acreditar ser imoral e antinatural (Hall, C. Sweet Home in: HVP).

se transformassem em “esposas afetuosas e mães racionais” e nesse sentido, devia-se lhes ensinar algo mais do que o necessário para se tornarem jovens senhoras atraentes para seus futuros maridos (Lasch, 1991, p.28). Além disso, um dos principais fundamentos da ideologia republicana consistia na afirmação de que as mulheres deveriam ser úteis e não decorativas. Assim, a domesticidade gerou múltiplas discussões e trouxe uma série de novas exigências que, segundo o autor, acabaram por encorajar a mulher a manter aspirações que a família e casamento não satisfaziam.

Por esse viés, a história da mulher no cenário do século de XIX é marcada por idas e vindas, entre a vida privada e movimentos que a levariam à inserção na esfera pública; pois, muitas não pareciam identificadas com os ideais domésticos e maternos, ao mesmo tempo em que havia a produção de um discurso consistente sobre o destino feminino ligado à maternidade e ao lar (Nunes, 2000, p. 55).

Foi a partir dessa proliferação de discursos que Geneviève Fraisse e Michelle Perrot (1995) afirmaram, na Introdução de *História das Mulheres*, que consideram o século XIX “o momento histórico em que a perspectiva de vida das mulheres se altera: tempo da modernidade, em que se torna possível uma posição de sujeito, indivíduo de corpo inteiro e atriz política, futura cidadã” (p.19-20). Para elas, as transformações socioculturais do século XIX contribuíram de forma favorável às mulheres, provocando conquistas e mudanças nas suas vidas, como o direito à instrução, o nascimento do feminismo e as modificações em relação ao trabalho assalariado.

Dentro dessa temática, Nunes (2000, p.61-2) comenta o ensaio *Sair*, de Michelle Perrot, onde a autora observou tentativas femininas de expansão de sua inserção social ao longo do século XIX. Para Perrot, algumas brechas foram fundamentais nesse processo como a prática da caridade, o crescimento da inserção das mulheres no mercado de trabalho e a migração feminina.

A prática da caridade dizia respeito a um antigo dever cristão que levava as mulheres para fora do lar. Elas realizavam visitas aos pobres, doentes, prisioneiros, circulando por diversos espaços sociais. Com isto, participavam de movimentos associativos, reuniões que propiciavam um contato maior entre elas, o que não deixou de gerar uma mudança na visão de mundo dessas mulheres em relação à idéia de si mesmas e de sua inserção na esfera pública (Nunes, p.61).

Outro componente importante refere-se à crescente inserção no mercado de trabalho operário que, de acordo com Nunes (2000, p.62), colocou-as em uma situação de excesso de trabalho uma vez que continuavam responsáveis praticamente sozinhas pelo trabalho da casa e pelo cuidado dos filhos. Nesse sentido, a entrada da mulher no mercado de trabalho não mudou sua atuação no âmbito doméstico. O trabalho assalariado veio se somar ao de casa.

Outro aspecto significativo foi a migração feminina que se expandiu devido ao êxodo rural e repercutiu por toda a sociedade ocidental, por intermédio do desenvolvimento dos meios de transporte. Nas palavras de Nunes (2000):

Migrantes por necessidade econômica ou política, as mulheres foram também viajantes por obrigação e por escolha, o que não deixou de ter conseqüências sobre sua visão de mundo. O surto do serviço doméstico, do trabalho de costura e dos serviços de um modo em geral, incitava as jovens camponesas a ali se instalarem. (p.63)

Todos os três componentes contribuíram para mudanças na vida das mulheres com relação a si mesmas e à sua inserção na esfera pública, pois proporcionaram novos contatos e experiências que lhes afetaram simbólica, cultural e socialmente.

Aliado a esse conjunto de mudanças que emergiram ao longo do século XIX, sublinhamos o feminismo que trouxe o questionamento do papel da mulher centrado na esfera doméstica e na vida privada. Este era um movimento de cunho político, social e coletivo, objetivava a igualdade de direitos entre os sexos e a emancipação feminina. Dessa maneira, veio demonstrar que os valores democráticos estavam dissonantes com a real situação da mulher na sociedade. Apesar de a maioria não ter se identificado de imediato com a “causa feminista”, aos poucos o movimento ganhou força, e, em meados dos séculos XIX e XX, formaram-se inúmeras associações femininas em países como França, Inglaterra e Alemanha.

Arán (2001) comenta o lançamento do livro de Simone de Beauvoir (1949), *O segundo sexo*, como um acontecimento bastante significativo, podendo ser considerado o berço do feminismo contemporâneo. Esse livro proporcionou reflexões e debates no seio do movimento feminista e contribuiu para frutificar suas idéias. O movimento de mulheres foi responsável por uma das mais importantes revoluções que aconteceram no decorrer do século XX justamente

pela possibilidade de uma ruptura na história das mulheres com sua condição milenar de dominação. É importante esclarecer que, longe de assegurar todos direitos sociais, civis e políticos para as mulheres, o que as repercussões do movimento feminista proporcionaram foram uma série de mudanças com relação à formulação de novos desejos, de novas escolhas profissionais e de um questionamento sobre as relações amorosas, possibilitando que hoje as mulheres possam traçar caminhos diferentes daquele inscrito nos dois últimos séculos como sendo “o caminho da natureza feminina” (p.18).

De fato, o feminismo acabou por questionar a dupla moral que vigorou ao longo do século XIX a qual permitia ao homem inúmeras aventuras amorosas (e sexuais) e colocava a mulher confinada ao exercício da sexualidade de forma passiva, recatada, frágil e submissa. Além disso, promoveu uma série de reflexões sobre a crença da “identidade feminina” restrita ao espaço doméstico, já que, na maioria das vezes, as mulheres só tinham acesso ao espaço público na companhia de um homem (pai, marido, irmão, filho). Assim, abriu caminho para uma considerável transformação nas relações homem-mulher na medida em que trouxe à tona a problemática de gênero, possibilitando às mulheres um novo posicionamento diante de sua sexualidade (Rocha-Coutinho, 1994, p.84).

No entanto, com o término da Segunda Guerra Mundial na Europa e nos Estados Unidos e diante da necessidade dos homens voltarem ao mercado de trabalho, uma série de discursos contrários à emancipação feminina proliferou, a qual reforçava a idéia da figura da mulher como a rainha do lar. Houve uma intensa campanha da imprensa em torno da “natureza feminina”, influenciada em parte pelas idéias freudianas vulgarizadas, que estipulava o destino da mulher voltado por excelência à maternidade. Nesse contexto, configurou-se a imagem de boa mãe no lar e dos perigosos efeitos da sua ausência ou abandono em relação aos filhos, à casa e ao marido. Havia toda uma ideologia americana e européia que as condicionou a não serem nada além do que mães devotadas e trabalhadoras do lar (Rocha-Coutinho, 1994, p.96). No entanto, o papel de dona de casa, na maioria das vezes pouco valorizado, contribuía para uma situação de isolamento, levando muitas vezes a casos de depressão feminina. O investimento em uma carreira era praticamente inconcebível. Ainda que algumas tivessem acesso a universidades, os estudos deveriam ser interrompidos com o matrimônio. Enfim, o discurso

social valorizava-as a executar com perfeição os afazeres domésticos e o processo de educação dos filhos, alcançando, dessa forma, um status social.

Essas idéias e discursos não demoraram a atravessar o continente e a chegar ao Brasil, não só por intermédio de diferentes profissionais das áreas médicas e psicológicas, mas pela imprensa, livros, revistas e filmes que indicavam o modelo de mulher ideal nos anos 50 e no início dos anos 60 também para este país. Segundo Rocha-Coutinho (1994):

Assim, a mulher brasileira foi bombardeada por toda esta ideologia que pensava a identidade feminina a partir do marido, da casa e da criação dos filhos. Tal processo de construção da identidade da mulher levava seu ser pessoal a ser definido a partir dos outros – e, desta forma, negava à mulher a possibilidade de ser ela mesma. De acordo com tal ideologia, não havia lugar na mulher para o seu próprio prazer, sua própria satisfação, mas apenas para aquilo que estava voltado para atender e satisfazer às necessidades de sua casa e de seus familiares. Era preciso que ela se esquecesse de si mesma para poder amar e cuidar dos seus. (p.98)

Esta ideologia foi introjetada pela mulher que deveria renunciar a tudo que se referia a si em prol do cuidado com o outro – a sua família – diante da promessa de se sentir gratificada ao ver os filhos crescidos. Este tipo de discurso, uma vez subjetivado, transformou-se em grande parte em uma crença feminina; no entanto, não deixou de causar desconforto e um certo mal-estar para muitas diante de tamanhas exigências e restrições conseqüentes de uma vida confinada à esfera privada.

Na década de 60, contudo, emergiu uma série de movimentos (maio de 68 na França e o dos direitos humanos nos Estados Unidos) que vieram questionar as diferentes formas de poder na sociedade como um todo, contestando então o poder dos pais sobre os filhos, das instituições educacionais e seus representantes sobre os alunos, da medicina sobre os homens e finalmente do homem sobre a mulher (Rocha-Coutinho, 1994, p.112). Dentro desse contexto, surgiram numerosos movimentos feministas na Europa e nos Estados Unidos que, ainda reforçados pelo aparecimento de métodos anticoncepcionais mais eficientes, levaram a uma nova reviravolta na vida das mulheres, principalmente com relação a sua sexualidade que pôde ser formulada em separado da idéia de procriação.

As aspirações femininas, segundo Lasch (1991, p28), tornaram-se então um importante ingrediente da assim chamada crise do casamento e da família que teve início no final do século XIX e se acentuou no decorrer do século XX na

sociedade ocidental. Lasch chamou a nossa atenção para a realidade da sociedade americana, demonstrando o aumento da taxa de divórcio e a queda da natalidade na classe média. Essa realidade, contudo, não dizia só respeito ao Estados Unidos; tratava-se de uma realidade mais ampla que englobava outros países ocidentais desenvolvidos: Canadá, Reino Unido, França, Alemanha que apresentavam uma queda da nupcialidade e um aumento do número de divórcios e separações. Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, o núcleo familiar começava a ser abalado, constatando-se um número menor de filhos e uma maior rotatividade de situações conjugais que acabavam por desarrumar a base da família nuclear (Arán, 2001, p.21).

Enfim, ainda que no discurso social prevalecesse a imagem de uma mãe devotada e da trabalhadora do lar, constatava-se na prática do dia-a-dia o fracasso de inúmeros casamentos. Essa realidade também se fez presente no Brasil, como aponta Nicolaci-da-Costa (1987), ao debruçar-se sobre a questão do descasamento que assolou a classe média brasileira na década de 80. Segundo essa autora, o intenso processo de modernização pelo qual passou o Brasil gerou mudanças sociais e culturais que tiveram conseqüências subjetivas. A família tradicional brasileira se caracterizava pelo ideal de casamento monogâmico (principalmente para a mulher) e eterno, tendo por base um arranjo patriarcal em que se pregava a virgindade feminina, em contraposição à vida sexual forçosamente ativa do homem. Havia uma nítida divisão de papéis (tidos como naturais) em que os pais eram geralmente profissionais liberais e as mães invariavelmente donas-de-casa. No entanto, na década de 60 começou-se a questionar o funcionamento deste tipo de casamento e a relação homem-mulher. Ocorreram mudanças decorrentes desse questionamento e criou-se, segundo a autora, uma modernização dos moldes do casamento tradicional. Os ideais abstratos de monogamia e eternidade se mantiveram, porém a eles se acoplaram aspectos mais concretos que incluíam a profissionalização da mulher, a menor segregação de papéis conjugais, a vigência de um único código moral e o adiamento da reprodução biológica. Ampliou-se o conjunto de valores, crenças e expectativas e passaram a coabitar com os valores tradicionais – a idéia de o casamento ser o objetivo máximo da vida de uma mulher e a maternidade a sua maior realização – com valores modernos – de a mulher sair em busca de uma vida profissional de sucesso. No entanto, este quadro de heterogeneidade de valores não deixou de ocasionar situações de

crises/conflitos em que os sujeitos precisaram rever seus valores e posições, e que em algumas situações levaram ao descasamento ou mesmo à busca de terapia (Nicolaci-da-Costa,1987,p.63).

Há no Brasil hoje um número cada vez maior de mulheres que trabalha fora com atuação em diferentes campos, ainda que haja discriminação com relação ao exercício de determinados tipos de trabalho (considerados masculinos), principalmente no que diz respeito à diferença em termos de contratação e de salários. Com isso, a mulher da classe média brasileira procura atualmente também investir no seu crescimento pessoal e profissional, buscando novas formas de realização e satisfação, que não somente a do casamento.

Deste modo, na vida real, os dois modelos foram acoplados e a maioria das mulheres passou, então, a buscar a excelência no lar e no trabalho fora de casa. Enaltecida por uma florescente campanha que prometia o paraíso para quem quisesse trabalhar e ter filhos e cuidar da casa e ainda ser uma amante sempre disposta e disponível, a mulher passou a se desdobrar e, exausta com o peso de todas as responsabilidades, não conseguindo a excelência almejada, começou a interiorizar uma sensação de fracasso. O problema passou a ser individualizado, como se a dificuldade em ser múltipla o tempo todo fosse pessoal. (Rocha-Coutinho,1994, p.114)

Nesse contexto, Rocha-Coutinho retrata a mulher da classe média urbana nos dias de hoje como dividida e multiplicada – “a super mulher atual”, que exige o melhor de si como esposa, mãe, dona-de-casa e profissional. Diante de tantas responsabilidades, afazeres e exigências, sente-se dividida, muitas vezes vivendo uma situação de conflito, o que vem apontar o engodo do discurso social por onde se formulou a imagem estereotipada da mulher eclética e polivalente. Concordamos com a autora que tantos encargos acarretam uma sobrecarga física e emocional, colocando-a diante de situações bastante desconfortáveis. Acima de tudo, este problema é considerado de ordem individual, o qual remete – muitas vezes – a um sentimento de incapacidade.

Na atualidade, há vários dispositivos discursivos que vendem uma imagem de mulher versátil, a que sabe administrar a casa, os filhos, o marido e o trabalho. Ao mesmo tempo, no entanto, o discurso social, bem como as próprias mulheres, mantém ainda a crença de que a maternidade é parte da essência feminina, acreditando ser a figura da mãe indispensável para o bom desenvolvimento dos filhos. É nesse sentido que Rocha-Coutinho (1994) bem aponta a dificuldade das mulheres em abrir mão do lugar de autoridade na administração do lar e dos

filhos, lugar onde ela arranhou formas de exercer o controle mesmo que, indiretamente, sobre os filhos e marido; isto é, a dedicação da mulher com os afazeres da casa gerou uma situação de dependência em relação a ela na esfera doméstica. Além disso, em sua capacidade de se sacrificar para atender às necessidades e desejos dos familiares, também encontrou uma arma poderosa, qual seja, a cobrança por onde reivindica a realização de alguns dos seus desejos e mudanças de comportamento na família.

A questão da exigência de perfeição feminina em suas mais diversas tarefas chama a nossa atenção, como a sua contrapartida – o sentimento de fracasso e por vezes a culpa quando as coisas não funcionam como o esperado – remetendo-nos ao ideal de feminilidade onde há a predominância do sacrifício feminino em prol do outro. Nunes (2000) enfatiza que a associação entre mulher, sacrifício e passividade foi formulada desde o século XVIII e que esses três componentes foram reorganizados em torno da noção de masoquismo no decorrer do século XIX por onde se sustentou a idéia de que a boa mulher (mãe) seria aquela que se imolasse em nome dos filhos e ainda tirasse uma cota de prazer dessa experiência. Dessa forma, o masoquismo seria uma possibilidade de a mulher se inscrever na ordem cultural, como retrata Nunes:

Numa sociedade na qual a hierarquização entre os dois sexos pressupõe uma relação de casal onde a mulher deve estar submetida ao marido, abrindo mão de sua condição de sujeito, a assunção de uma posição masoquista pode ser a única saída vislumbrada ou mesmo desejada. Ao negar às mulheres o direito a qualquer outra maneira de inscrição no universo cultural que não a esfera doméstica, essa sociedade possibilita que aquelas que não correspondam a essa expectativa fiquem confrontadas com uma ausência de referências identificatórias, deixando-as diante de um desamparo quase insustentável. Nesse sentido o masoquismo aparece como uma forma de defesa possível contra o desamparo. (2000, p.247)

O masoquismo feminino poderia funcionar então como uma espécie de defesa contra essa situação de desamparo diante da ausência de referências identificatórias para aquelas que não estivessem totalmente referidas à esfera doméstica. Tratar-se-ia de uma determinada forma de subjetivação, porém, como já foi dito, há outras possibilidades para a mulher que não uma posição masoquista na economia subjetiva. Nunes apresenta a personagem de Nora, da peça *Casa de Bonecas*, de Henrik Ibsen, com a intenção de sinalizar um caminho bastante peculiar. Essa personagem completamente imbuída dos ideais de esposa e mãe renuncia a qualquer vontade própria e busca a felicidade em sua dedicação à

sua família. Ao se decepcionar duramente com o marido, entretanto, desiste dessa posição passiva e submissa e decide se preocupar com ela mesma. Vai ao encontro da dor do desamparo, por onde pode reencontrar sua *feminilidade*, não aquela construída pelos ideais de alguns homens, mas a que teria que descobrir por seu próprio caminho único e singular.

Ainda hoje o modelo de feminilidade do século XIX persiste, mas há outras possibilidades subjetivas para as mulheres. Birman (1999), em *Cartografias do feminino*, aponta o reaparecimento da personagem Carmem, da ópera de Bizet, revisitada por diferentes artistas que traçam um perfil similar dessa personagem tão marcante, na qual o autor vislumbrou uma nova versão da feminilidade emergente em nossa sociedade a partir de 1980. Para esse autor, a nova configuração da Carmem seria resultante das mudanças progressivamente delineadas pelo movimento feminista das décadas de 1960 e 70. Isto não significa dizer que Carmem seja uma militante, inserida no projeto feminista; longe disto, essa personagem se situa fora das disputas e desafios entre os sexos. A Carmem dos dias de hoje veio retomar os atributos de sedução, apagados pela moral burguesa. Birman, ao retomar as contribuições do historiador Thomas Lauquer, recorda-nos que, na Antiguidade e na Renascença, a sensualidade e o prazer femininos eram considerados fundamentais para a instauração da fecundidade e bem-vindos socialmente. Somente a partir do século XVIII a sedução foi encarada como um problema para a mulher diante dos atributos que envolviam ser uma boa mãe. Nesse contexto, dividia-se, de um lado, a figura da mãe – dócil, submissa e passiva, e de outro, a da prostituta – representante da sensualidade, do erotismo e da sedução feminina – representações que vigoraram nos últimos séculos. No entanto, na atualidade delineia-se um novo perfil em que a mulher fez ressurgir sua sensualidade, dando cores ao seu desejo, sem fazer necessária a mulher-prostituta ou a mulher-objeto.

Carmem cifra e condensa nas imagens o que existe de brincadeira na arte da sedução e o que existe de menina travessa no espetáculo do erotismo. (Birman, 1999, p.82)

Continuando ainda:

Carmem não quer *ter* nada, pois tem ojeriza visceral a todas as insígnias do poder e ao teatro de ilusões forjado por elas. Isso porque o que lhes toma de corpo inteiro é a pretensão de *ser feminamente* uma mulher. (1999, p.75)

Para Birmam, a sedução revela a presença do desejo feminino e a própria assunção da feminilidade. Nesse sentido, a mulher resgata o registro do desejo, do corpo, do erotismo, os quais são reconhecidos sem estar referenciado pelo que é da ordem do masculino ou da prostituição. O desejo feminino pode se expressar de diferentes formas, sendo a maternidade uma dessas possibilidades.

Contudo, seria ingênuo pensar que o modelo de feminilidade tradicional foi simplesmente imposto às mulheres que o aceitaram de forma passiva, submetendo-se a todo processo de educação dirigido para que se tornassem futuras esposas e mães da sociedade moderna. Ao contrário, o casamento, tendo por base o ideal romântico, não deixou de atrair muitas mulheres, investidas na posição de rainha do lar e responsáveis pela felicidade do grupo familiar, o que aponta para o desejo das mulheres do século XIX em torno dos ideais maternos e domésticos (Kehl, 1998, p94). No entanto, o desajuste entre as mulheres e a feminilidade na sociedade burguesa não significa que a maternidade e o casamento seriam destinos impostos à maioria em dissonância com seus desejos, porém que esses caminhos eram estreitos demais para dar conta das outras possibilidades de identificação, consideradas masculinas, mas que também se apresentariam às mulheres na Modernidade.

Na atualidade, as mulheres possuem uma gama maior de possibilidades identificatórias, os caminhos se ampliaram, porém de tal forma que a maioria se divide, se multiplica e se desdobra para dar conta de tantos interesses, desejos e ideais na tentativa de se incluir na condição de sujeito, e, ao mesmo tempo, não deixar de atender à demanda do outro. É nessa linha de tensão que se situam as mulheres nos dias de hoje.

Garcia (1997) constata a expansão da capacidade sublimatória das mulheres na atualidade, em sintonia com o processo criativo e com a possibilidade de dar novas direções ao desejo. Logo, a experiência feminina não está restrita à maternidade, atualmente, as mulheres realizam produções culturais e trabalhos intelectuais, os quais há dois séculos não seriam imaginados possíveis (p.106).

É nosso interesse no próximo capítulo verificar como essas mudanças vigentes nas áreas urbanas atingiram o contexto rural nos dias de hoje, promovendo efeitos subjetivos na vida das mulheres do campo. O breve percurso histórico que apresentamos foi construído a partir da experiência da mulher da

classe média ocidental. No entanto, vários estudos apontam para uma série de transformações no mundo rural conseqüentes de uma aproximação entre os espaços urbanos e rurais; logo nossa proposta de trabalho consiste em pensar como se posicionam as mulheres face esse conjunto de transformações, destacando sua relação com a feminilidade. Desta forma, discutiremos a seguir pesquisas realizadas nas áreas da antropologia e da sociologia sobre as diferentes formas de vida das mulheres do campo no Brasil nos dias de hoje.